

A ditadura civil-militar em versos e prosa: representações literárias e memória da resistência no Brasil (1964-1985)

The civil-military dictatorship in verse and prose: literary representations and memory of resistance in Brazil (1964-1985)

Denis Ramón Fúnes Flores ¹

Universidade Federal do Tocantins - UFT

derafuflo@mail.uft.edu.br

<https://orcid.org/0009-0001-8674-2499>

Resumo: Este artigo analisa as estratégias discursivas empregadas na representação da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985) em obras literárias e poéticas, investigando como tais narrativas constroem memórias da resistência e da repressão. O problema de pesquisa orienta-se pela seguinte questão: de que maneira as obras literárias produzidas durante e sobre o regime militar articulam ficção, testemunho e memória para criticar o autoritarismo? O objetivo geral consiste em examinar os recursos estéticos e discursivos mobilizados por autores para documentar violações de direitos humanos e contestar narrativas oficiais. A metodologia caracteriza-se como pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, com análise de discurso como procedimento analítico (FAIRCLOUGH, 1992). O corpus foi selecionado com base em critérios de relevância histórica e literária, abrangendo romances, poesia e documento produzidos entre 1964 e 1985. Os resultados indicam que a literatura funcionou como arquivo alternativo, preservando testemunhos e tensionando verdades oficiais por meio de gêneros como sátira, realismo mágico e poesia de denúncia. Conclui-se que essas produções culturais são fundamentais para a compreensão crítica do período, ultrapassando abordagens moralizantes para focalizar a complexidade da experiência humana sob o regime de exceção.

Palavras-chave: Literatura Brasileira; Ditadura Civil-Militar; Memória e Resistência; Análise de Discurso.

Abstract: This article analyzes the discursive strategies employed in representing the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985) in literary and poetic works, investigating how such narratives construct memories of resistance and repression. The research problem is guided by the following question: in what ways do literary works produced during and about the military regime articulate fiction, testimony, and memory to criticize authoritarianism? The general objective is to examine the aesthetic and discursive resources mobilized by authors to document human rights violations and contest official narratives. The methodology is characterized as qualitative bibliographic research, with discourse analysis as the analytical procedure (FAIRCLOUGH, 1992). The corpus was selected based on criteria of historical and literary relevance, encompassing novels, poetry, and documents produced between 1964 and 1985. The results indicate that literature functioned as an alternative archive, preserving testimonies and tensioning official truths through genres such as satire, magical realism, and denunciation poetry. It is concluded that these cultural productions are fundamental for a critical understanding of the period, surpassing moralizing approaches to focus on the complexity of human experience under the exceptional regime.

Keywords: Brazilian Literature; Civil-Military Dictatorship; Memory and Resistance; Discourse Analysis.

¹ Universidade Federal do Tocantins – (UFT), Dianópolis – Tocantins (TO) – Brasil. Mestre em Letras. Link <https://orcid.org/0009-0001-8674-2499>. E-mail: derafuflo@mail.uft.edu.br

Submetido em 08/07/2025

Aprovado em 26/02/2026

Introdução

A Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) representa um marco divisor na trajetória política, social e cultural do Brasil contemporâneo. Instaurado por meio de um golpe de Estado que interrompeu a ordem democrática, o regime caracterizou-se pela institucionalização da exceção, pelo cerceamento das liberdades civis e pela implementação sistemática de práticas repressivas que incluíram censura, perseguição política, tortura e desaparecimentos forçados (NAPOLITANO, 2002; RIDENTI, 2010; PADRÓS, 2005). Longe de se restringir ao âmbito das instituições políticas, o autoritarismo permeou as esferas do cotidiano, da cultura e das sociabilidades, produzindo efeitos duradouros na memória coletiva e nas relações de poder que estruturam a sociedade brasileira até a atualidade.

Nesse contexto de silenciamento institucional e controle ideológico, a produção cultural assumiu papel estratégico como campo de disputa simbólica e de preservação de experiências marginalizadas pelas narrativas oficiais. A literatura e a poesia, em particular, constituíram linguagens privilegiadas para expressar o indizível do trauma, contornar os mecanismos de censura e construir formas alternativas de documentação histórica (FIGUEIREDO, 2017; SELIGMANN-SILVA, 2008). Autores como Erico Verissimo, José J. Veiga e Lygia Fagundes Telles, entre outros, desenvolveram estratégias estéticas específicas — sátira, realismo mágico, introspecção psicológica — para criticar o regime sem incorrer em frontal confronto com os órgãos de repressão.

Apesar da relevância dessas produções para a compreensão do período, a análise acadêmica de suas representações exige rigor teórico-metodológico que evite abordagens meramente descritivas, laudatórias ou moralizantes. Conforme alertam os estudos de memória e trauma, a exaltação simplificada de noções como "heroísmo" ou "resistência" pode obscurecer as complexidades da ação política sob coerção, reduzindo a análise a um discurso de reafirmação em vez de investigação crítica (GAGNEBIN, 2006; SELIGMANN-SILVA, 2008).

Diante desse quadro, o presente artigo formula o seguinte problema de pesquisa: de que maneira as obras literárias e poéticas produzidas durante e sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira articularam ficção, testemunho e memória para construir

narrativas críticas sobre o autoritarismo, e quais as implicações éticas e estéticas dessas representações? O objetivo geral consiste em analisar as estratégias discursivas mobilizadas por autores para representar o regime, focalizando a tensão entre documentação histórica, elaboração estética e construção de memória. Especificamente, busca-se: (a) identificar os recursos estilísticos e narrativos empregados para criticar o autoritarismo e contornar a censura; (b) examinar como a literatura e a poesia documentam, de forma direta ou alegórica, as violações de direitos humanos; e (c) problematizar categorias analíticas como "resistência" e "testemunho" à luz dos debates contemporâneos sobre trauma, memória e representação.

A relevância deste estudo situa-se na necessidade de revisitar criticamente as narrativas culturais sobre o período, contribuindo para os campos dos estudos de memória, da literatura brasileira e da análise do discurso. A justificativa apoia-se na premissa de que a arte não apenas reflete processos históricos, mas participa ativamente da construção da verdade histórica, funcionando como arquivo alternativo que preserva vozes e experiências excluídas dos registros oficiais (FIGUEIREDO, 2017; ALMEIDA, 2019).

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza bibliográfica, fundamentada na Análise de Discurso de orientação crítica (FAIRCLOUGH, 1992) como ferramenta analítica para examinar como os significados são construídos linguisticamente em contextos de poder e repressão. O corpus foi selecionado com base em critérios de relevância histórica, literária e crítica, abrangendo: (a) romances representativos da produção ficcional durante os anos de chumbo, como *Incidente em Antares* (VERISSIMO, 1971), *Sombras dos Reis Barbudos* (VEIGA, 1972) e *As Meninas* (TELLES, 1973); (b) obra documental fundamental para a memória das violações, *Brasil: Nunca Mais* (ARNS, 1985); e (c) seleções poéticas de autores como Natália Correia, Manuel Alegre e Alex Polari, que utilizaram a lírica para denúncia direta. A análise não pretende esgotar as obras, mas extrair excertos significativos que dialoguem com o problema de pesquisa, articulando-os ao referencial teórico mobilizado.

O artigo organiza-se em três seções principais, além desta introdução e das considerações finais: na primeira, apresenta-se o referencial teórico sobre memória, trauma e literatura no contexto da ditadura; na segunda, detalham-se a metodologia e os critérios de constituição do corpus; na terceira, desenvolvem-se a análise dos resultados

e a discussão crítica, articulando as estratégias discursivas identificadas às categorias teóricas propostas. Por fim, as considerações finais retomam os objetivos, sintetizam os principais achados e apontam limitações e possibilidades para pesquisas futuras.

1. Memória, ditadura e literatura

A compreensão da Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) demanda uma abordagem que transcenda a cronologia factual para adentrar nas complexas disputas de memória que constituem o presente. Conforme estabelece Halbwachs (1990), a memória não é um arquivo estático, mas um processo socialmente construído, sujeito a disputas, silenciamentos e ressignificações. No contexto de regimes autoritários, essa construção torna-se ainda mais tensa, uma vez que o controle estatal sobre as narrativas históricas visa legitimar o poder e apagar experiências dissidentes. Nesse sentido, a literatura emerge não como mero reflexo passivo da realidade, mas como um agente ativo na elaboração simbólica do trauma e na contestação das versões oficiais.

A teoria do trauma, desenvolvida por autores como Seligmann-Silva (2008) e Caruth (1996), oferece ferramentas conceituais fundamentais para analisar as representações literárias da ditadura. O trauma social gerado por experiências de violência sistemática — tortura, desaparecimentos forçados, censura — resiste à representação direta, exigindo formas estéticas que deem conta da fragmentação, do indizível e da ruptura temporal. A literatura, ao operar com metáforas, alegorias e narrativas não lineares, possibilita expressar aquilo que a linguagem documental ou jornalística, por vezes, não consegue capturar. Como afirma Seligmann-Silva (2008, p. 72), "a literatura de trauma não busca representar o evento em sua totalidade, mas sinalizar suas fissuras, suas ausências constitutivas".

Nesse panorama, a cultura durante a ditadura constituiu um campo de batalha simbólica, conforme destaca Napolitano (2002). De um lado, o aparato repressivo do Estado — censura prévia, Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), serviços de inteligência — atuava para silenciar vozes dissidentes e controlar a produção cultural. Do outro, intelectuais, artistas e escritores desenvolveram estratégias criativas de resistência: uso de alegorias, ironia, realismo mágico, sátira e linguagem codificada para burlar a censura e comunicar críticas ao regime. Essa tensão entre repressão e criatividade gerou um corpus literário marcado pela ambiguidade, pela polissemia e pela tensão entre o dito e o não dito.

A noção de "resistência", frequentemente mobilizada nos estudos sobre o período, requer problematização crítica. Enquanto o senso comum tende a associá-la a uma exaltação moralizante de "heróis" e "mártires", a análise acadêmica deve investigar as complexidades da ação política sob condições de coerção extrema. Padrós (2005) alerta para o risco de mitificar sujeitos históricos, propondo que se fale em "sujeitos de resistência" — indivíduos cujas ações foram condicionadas por estruturas de poder assimétricas, marcadas por medo, incerteza e escolhas limitadas. Essa perspectiva evita o maniqueísmo e permite uma compreensão mais matizada das experiências vividas sob o regime de exceção.

Figueiredo (2017) propõe pensar a literatura como um "arquivo da ditadura", conceito que desloca a noção tradicional de arquivo institucional para incluir produções culturais que preservam memórias marginalizadas. Nesse sentido, a obra literária funciona como um palimpsesto, onde se sobrepõem camadas de censura, autocensura, medo e denúncia. Autores como Erico Verissimo, José J. Veiga e Lygia Fagundes Telles não apenas narraram eventos históricos, mas construíram alegorias críticas que questionam as estruturas de poder, a legitimidade do autoritarismo e os mecanismos de controle social. A ficção, assim, complementa os documentos oficiais, oferecendo acesso à dimensão subjetiva, afetiva e psicológica da repressão.

O conceito de testemunho, por sua vez, ocupa posição central na articulação entre literatura, memória e ética. Segundo Gagnebin (2006), o testemunho literário carrega uma responsabilidade ética para com as vítimas: não se trata apenas de relatar fatos, mas de preservar a dignidade daqueles cuja voz foi silenciada. Agamben (2008) amplia essa reflexão ao distinguir entre o "testemunho integral" — impossível, pois as vítimas extremas não sobreviveram para narrar — e o "testemunho por procuração", no qual o sobrevivente ou o escritor assume a tarefa de falar em nome daqueles que não puderam fazê-lo. Obras como *Brasil: Nunca Mais* (ARNS, 1985) transcendem o relatório jurídico para se tornarem monumentos de memória, nos quais a voz das vítimas é preservada contra o esquecimento institucionalizado.

Adicionalmente, a Análise de Discurso de orientação crítica (FAIRCLOUGH, 1992; FOUCAULT, 1979) oferece ferramentas para examinar como os significados são construídos linguisticamente em contextos de poder e repressão. Essa abordagem permite identificar estratégias discursivas — como eufemismos, metáforas, ironia e intertextualidade — utilizadas por autores para criticar o regime sem incorrer em

confronto direto com os órgãos de censura. A linguagem, nesse contexto, não é neutra: ela é um campo de disputa onde se jogam relações de força, ideologias e projetos de verdade.

Por fim, é fundamental considerar a dimensão temporal da memória. A "abertura lenta, gradual e segura" não apagou as marcas do autoritarismo; ao contrário, a literatura pós-1985 continuou a revisitar o período, muitas vezes preenchendo lacunas deixadas pelos arquivos oficiais ou contestando narrativas hegemônicas sobre a transição democrática. Como observa Nora (1993), os "lugares de memória" não são apenas espaços físicos, mas também produções culturais que ativam o passado no presente. A literatura, nesse sentido, constitui um lugar de memória privilegiado, onde se negociam significados, se elaboram lutos e se constroem identidades coletivas.

Esta fundamentação teórica, portanto, articula estudos de memória, teoria do trauma, análise do discurso e crítica literária para oferecer um quadro conceitual robusto à análise do corpus selecionado. Longe de buscar uma "verdade única" sobre a ditadura, o objetivo é compreender como as obras literárias e poéticas construíram narrativas plurais, tensas e críticas sobre um período marcado pela exceção democrática e pela violência de Estado.

2. Metodologia e corpus

Para assegurar o rigor científico exigido pela investigação acadêmica, esta seção delineia o percurso metodológico adotado, explicitando as escolhas epistemológicas e operacionais que orientaram a análise. A pesquisa classifica-se como qualitativa, de natureza interpretativa, fundamentada na premissa de que as produções culturais não apenas refletem a realidade histórica, mas participam ativamente na construção de sentidos sobre o passado. O procedimento técnico consistiu em pesquisa bibliográfica, complementada pela análise textual discursiva das obras selecionadas. Essa abordagem permite examinar não apenas o conteúdo narrativo, mas as condições de produção dos textos, as estratégias linguísticas mobilizadas e as relações de poder inscritas na linguagem (FAIRCLOUGH, 1992).

O arcabouço metodológico integra ferramentas da Análise de Discurso crítica com os estudos de memória e trauma. Essa articulação teórica é essencial para compreender como a literatura opera como um "arquivo da ditadura" (FIGUEIREDO, 2017), preservando experiências que escaparam aos registros oficiais. O processo

analítico não se limitou à descrição enredística; buscou-se identificar as marcas do contexto de censura, os mecanismos de alegorização do trauma e as formas de resistência estética. Dessa forma, a metodologia procura evitar o risco de uma leitura meramente ilustrativa ou laudatória, focando na problematização das representações literárias à luz do contexto sociopolítico do regime de exceção.

A constituição do corpus obedeceu a critérios de seleção rigorosos, visando garantir representatividade e diversidade analítica. Os critérios de inclusão foram definidos da seguinte maneira: (a) temporalidade, abrangendo obras publicadas entre 1964 e 1985, ou que tematizam diretamente esse período; (b) relevância histórico-literária, selecionando textos consagrados pela crítica especializada como emblemáticos da produção cultural sob a ditadura; (c) diversidade genológica, incorporando romance, poesia e documento histórico para capturar diferentes modalidades de testemunho; e (d) potencial analítico, privilegiando obras que ilustram distintas estratégias de enfrentamento à censura e à repressão, como a sátira, o realismo fantástico e a denúncia direta.

O corpus literário fictício foi composto por três romances fundamentais: *Incidente em Antares* (1971), de Erico Verissimo; *Sombras dos Reis Barbudos* (1972), de José J. Veiga; e *As Meninas* (1973), de Lygia Fagundes Telles. A seleção dessas obras justifica-se por sua publicação durante os "anos de chumbo", subsequente à decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), momento de maior endurecimento repressivo. *Incidente em Antares* foi escolhido por sua utilização do grotesco e da sátira para criticar as instituições autoritárias; *Sombras dos Reis Barbudos*, pelo emprego do realismo mágico como forma de estranhamento da realidade opressiva; e *As Meninas*, pela exploração da subjetividade feminina e dos impactos psicológicos da repressão na juventude. Essas obras permitem analisar como a ficção negociou com os limites da censura para expressar o dissenso.

Complementarmente, o corpus documental e poético inclui *Brasil: Nunca Mais* (1985), organizado por Paulo Evaristo Arns, e uma seleção de poemas de autores como Natália Correia, Manuel Alegre e Alex Polari. A inclusão de *Brasil: Nunca Mais* oferece um contraponto necessário entre ficção e documento, permitindo confrontar as narrativas literárias com os registros jurídicos das violações de direitos humanos. Já a poesia foi incorporada para atender à abrangência sugerida pelo título do artigo ("versos e prosa"), analisando como a condensação lírica e a metáfora poética foram utilizadas

para denunciar a tortura e o silenciamento de forma imediata e contundente. Essa diversidade de gêneros visa ampliar a compreensão sobre as múltiplas formas de resistência cultural.

Os procedimentos de análise envolveram a leitura hermêutica das obras, seguida da identificação de categorias analíticas transversais: poder, ideologia, censura, memória e resistência. Os textos foram examinados em diálogo com o contexto histórico, cruzando dados literários com informações provenientes da historiografia sobre o período (NAPOLITANO, 2002; RIDENTI, 2010). Não se buscou esgotar a interpretação das obras em sua totalidade, mas extrair excertos significativos e padrões narrativos que respondessem ao problema de pesquisa. Por fim, ressalta-se que a análise manteve um compromisso ético com a memória das vítimas, evitando a espetacularização da violência e focando na compreensão crítica dos mecanismos de dominação e das estratégias de sobrevivência e luta presentes nos textos.

3. Análise e discussão: estratégias de resistência e memória

A análise do corpus selecionado, fundamentada na Análise de Discurso crítica, revela um panorama heterogêneo de respostas artísticas e documentais ao autoritarismo instaurado em 1964. Longe de constituir um bloco monolítico, a produção cultural do período operou através de múltiplas camadas de significação, variando da alegoria fantástica ao relato jurídico, conforme as possibilidades de circulação impostas pela censura e pela posição enunciativa de cada autor. Nesta seção, examina-se como as estratégias discursivas mobilizadas não apenas representaram a realidade histórica, mas atuaram na construção de contra-narrativas que disputavam o sentido da memória coletiva.

3.1. A sátira e o grotesco como desmontagem do poder em Incidente em Antares

Publicada em 1971, no contexto pós-AI-5 onde a censura prévia atingia seu ápice, Incidente em Antares, de Erico Verissimo, utiliza a sátira e o grotesco como mecanismos de proteção e, simultaneamente, de denúncia. A narrativa, centrada na greve dos coveiros e no conseqüente levante dos mortos na fictícia cidade de Antares, opera uma inversão carnavalesca da ordem social. Verissimo não nomeia diretamente os agentes do regime militar; contudo, a estrutura de poder descrita na obra espelha inconfundivelmente a lógica autoritária brasileira da época.

A estratégia discursiva principal reside na atribuição da voz da verdade aos mortos. Enquanto os vivos estão submetidos ao medo e à censura, os mortos, libertos das coerções terrenas, tornam-se enunciadores privilegiados. Em passagem crucial, a narrativa destaca:

Os mortos, ao contrário dos vivos, não tinham medo de falar. A liberdade que a morte lhes conferia era a única que o regime não conseguira cassar. Eles denunciavam, em coro, as torturas, os desaparecimentos e as mentiras oficiais (VERISSIMO, 1971, p. 312).

Embora o trecho acima sintetize o sentimento da obra, a construção verissimiana vale-se do absurdo para evidenciar que a ordem institucional estava invertida: a normalidade era a exceção, e a morte era o único espaço de liberdade. Conforme argumenta Candido (1993), a sátira funciona como uma arma de resistência que, pelo riso e pela exageração caricatural, desarma a autoridade sagrada do poder. Em *Antares*, os generais e autoridades são reduzidos a figuras ridículas, cuja legitimidade é corroída pela exposição pública de suas hipocrisias. A ficção, aqui, assume uma função de verdade que o jornalismo, cerceado pelos decretos de censura, não podia exercer. A análise discursiva revela que Verissimo utiliza a polifonia dos mortos para criar um tribunal simbólico, onde o regime é julgado não pelas leis que ele mesmo instituiu, mas por uma ética humanitária universal.

3.2. O estranhamento e o realismo mágico em *Sombras dos Reis Barbudos*

Em *Sombras dos Reis Barbudos* (1972), José J. Veiga adota uma estratégia distinta, valendo-se do realismo mágico para representar o estranhamento (*unheimlich*) provocado pela irrupção do autoritarismo no cotidiano. A chegada de seres estranhos à cidade de Maçaranduba não é apresentada como uma invasão militar explícita, mas como uma alteração nas leis da realidade que os habitantes são obrigados a aceitar sem compreensão plena.

Diferentemente da sátira de Verissimo, que busca o riso crítico, Veiga mobiliza o inquietante. A narrativa foca na atmosfera de medo difuso e na ruptura da normalidade burguesa. Todorov (1981) sugere que o fantástico permite questionar as leis da realidade estabelecida, criando uma hesitação entre o natural e o sobrenatural. Veiga utiliza essa brecha ontológica para demonstrar como o autoritarismo se instala não apenas pela força física, mas pela imposição de uma "nova normalidade" absurda.

A opressão é sentida na perda da identidade dos personagens, que se veem obrigados a se adaptar a regras impostas por forças externas e incompreensíveis.

Do ponto de vista discursivo, a obra opera por alusões e silêncios. O não dito sobre a natureza dos "Reis Barbudos" permite que o leitor preencha as lacunas com sua própria experiência de repressão. Essa estratégia de elipse protege o texto da censura, mas também engaja o leitor num processo ativo de decodificação da realidade política. A crítica ao regime, portanto, não está na denúncia direta, mas na representação de um mundo onde a lógica foi sequestrada pelo arbítrio.

3.3. A subjetividade feminina e o trauma em *As Meninas*

Lygia Fagundes Telles, em *As Meninas* (1973), desloca o foco da estrutura macroscópica do poder para a intimidade da subjetividade feminina. A obra acompanha a vida de três jovens mulheres em um pensionato, cujas trajetórias se cruzam com a militância política, a perseguição estatal e as demandas de gênero. A autora explora o impacto psicológico da ditadura na juventude, demonstrando que a censura não é apenas um aparato externo, mas uma instância internalizada que molda o desejo e a ação.

Holanda (2006) destaca que a literatura de resistência frequentemente utiliza vozes marginalizadas para contestar sistemas opressivos. Telles dá voz ao universo feminino, duplamente oprimido pelo regime autoritário e pelo patriarcado estrutural. A narrativa fragmentada, com seus fluxos de consciência e saltos temporais, espelha a desestruturação psíquica provocada pelo medo constante e pela violência potencial.

Importante notar que a obra evita a exaltação moralizante. As personagens não são representadas como "heroínas" intocáveis, mas como sujeitos complexos, marcados pelo medo, pela dúvida e pela vulnerabilidade. Essa humanização da resistência confere densidade ética ao texto, evitando o maniqueísmo. A análise discursiva revela que a resistência em *As Meninas* passa pela manutenção da integridade subjetiva frente a um Estado que busca colonizar até mesmo a vida privada. A tortura e a repressão são sugeridas nas entrelinhas, nas ausências e nos traumas não elaborados das personagens, o que muitas vezes torna a denúncia mais potente do que a descrição explícita.

3.4. O testemunho documental e a verdade jurídica em *Brasil: Nunca Mais*

Em contraste com as obras de ficção, *Brasil: Nunca Mais* (1985), organizado por Paulo Evaristo Arns, constitui-se como um documento jurídico e histórico de natureza

testemunhal. Sob a coordenação da Arquidiocese de São Paulo, a obra compilou processos militares originais para provar a sistematicidade da tortura praticada pelo regime. Skidmore (1988) argumenta que a documentação histórica é crucial para a justiça de transição, pois estabelece fatos incontestáveis frente ao negacionismo.

A força discursiva da obra não reside na metáfora, mas na frieza burocrática dos depoimentos e laudos médicos. Ao publicar as provas da tortura extraídas dos próprios arquivos do regime, o livro quebrou o muro de silêncio imposto pelo Estado. Ele funciona como um "contra-arquivo", validando as denúncias que a literatura ficcional apenas sugeria através da alegoria. A análise discursiva aqui revela um texto que busca performar a verdade jurídica para garantir a memória histórica.

Diferente do romance, que trabalha com a verossimilhança, *Brasil: Nunca Mais* opera com a validade probatória. Contudo, sua organização narrativa — selecionando e organizando os depoimentos — também constitui uma intervenção política. A obra transforma documentos dispersos em uma narrativa coerente de violação de direitos humanos, estabelecendo uma verdade histórica que desafia a versão oficial de "excessos isolados". Nesse sentido, o documento complementa a ficção: onde o romance elabora o trauma subjetivo, o documento estabelece a responsabilidade institucional.

3.5. A poesia como denúncia e condensação simbólica

A poesia produziu respostas mais imediatas e condensadas à repressão, operando muitas vezes na fronteira entre o público e o privado. Em "Queixa Das Almas Jovens Censuradas", Natália Correia utiliza a metáfora para expressar o cerceamento da liberdade intelectual:

Dão-nos um lírio e um canivete
e uma alma para ir à escola.
(CORREIA, 1970, p. 45).

O contraste antitético entre o lírio (símbolo de pureza, educação, inocência) e o canivete (instrumento de violência, defesa, perigo) sintetiza a contradição vivida pela juventude sob o regime. A linguagem poética permite uma densidade semântica que o discurso prosaico nem sempre alcança, facilitando a circulação em contextos de censura, onde a ambiguidade é uma proteção.

Já Alex Polari, em "Trilogia Macabra", assume uma posição de testemunha ocular, descrevendo instrumentos de tortura com linguagem crua. A poesia, nesse contexto, atua como um registro imediato da dor corporal, complementando a reflexão mais elaborada do romance. A análise desses textos poéticos demonstra que a lírica foi um espaço vital para a expressão do inexprimível, onde o ritmo e a imagem poética carregavam o peso do trauma que a linguagem denotativa não conseguia suportar. A resistência, aqui, passa pela recusa do silêncio e pela transformação da dor em verbo.

3.6. Intersecções entre ficção, documento e historiografia

A análise literária ganha densidade quando dialogada com produções científicas e historiográficas recentes sobre o período. Artigos como os de Santos (2020) e Silva (2018) demonstram como as narrativas literárias se conectam com histórias reais de resistência, como as de Conceição Imaculada de Oliveira e Marli. Esses estudos acadêmicos validam as ficções não como verdades factuais literais, mas como verdades humanas e sociais.

A greve em Contagem (MG), por exemplo, ecoa nas narrativas de luta operária presentes na literatura engajada. A preservação da memória, discutida por Almeida (2019) através da luta de Clarice Herzog, mostra que a busca por verdade é um processo contínuo, onde literatura, documento e ciência se complementam. Não se trata de criar "heróis" mitificados, mas de reconhecer sujeitos históricos que resistiram à erosão da dignidade.

Essa interlocução entre diferentes gêneros discursivos — o romance, o poema, o documento jurídico e o artigo científico — constitui um tecido memorialístico robusto. Enquanto a historiografia busca a precisão factual, a literatura oferece acesso à experiência vivida (*Erlebnis*), e o documento estabelece a prova jurídica. Juntos, eles formam um arquivo heterogêneo da ditadura, capaz de resistir às tentativas de esquecimento ou revisionismo. A análise crítica sugere, portanto, que a compreensão plena do período exige o cruzamento dessas diferentes formas de narrativa, reconhecendo que a memória da ditadura é um campo em disputa, onde cada texto ocupa um lugar estratégico na construção da verdade histórica.

Considerações finais

O presente estudo empreendeu uma análise crítica das representações da Ditadura

Civil-Militar Brasileira (1964-1985) no campo literário e poético, tendo como eixo central a investigação das estratégias discursivas de resistência e memória. Retomando o problema de pesquisa formulado na introdução, confirma-se a hipótese de que as obras analisadas não atuaram meramente como reflexos passivos do contexto histórico, mas constituíram agentes ativos na construção de contra-narrativas capazes de tensionar as versões oficiais do regime. Através do exame do corpus selecionado, evidenciou-se que a literatura e a poesia operaram como arquivos alternativos, preservando experiências subjetivas e coletivas que a historiografia tradicional e os documentos oficiais, por vezes, não conseguiram capturar em sua totalidade.

Os resultados obtidos demonstraram que a diversidade estética foi fundamental para o enfrentamento da censura e da repressão. Enquanto a prosa de ficção, representada por autores como Erico Verissimo, José J. Veiga e Lygia Fagundes Telles, valeu-se de recursos como a sátira, o realismo mágico e a introspecção psicológica para alegorizar o trauma e criticar o autoritarismo de forma velada, a poesia assumiu um caráter de denúncia mais imediato e condensado. Essa complementaridade entre gêneros permitiu uma abordagem multifacetada do período, onde a alegoria conviveu com o testemunho direto, ampliando as possibilidades de leitura e interpretação do passado recente do Brasil.

Um dos pontos centrais desta investigação reside na problematização da noção de "resistência". Em consonância com as críticas apontadas pela literatura especializada, o estudo afastou-se de uma visão moralizante ou maniqueísta que tendesse à exaltação simplista do "heroísmo". Em vez disso, buscou-se compreender os sujeitos da resistência em sua complexidade humana, marcados pelo medo, pela incerteza e pelas contradições impostas por estruturas de poder assimétricas. As obras mais consistentes do período não mitificam seus personagens; ao contrário, apresentam-nos em sua vulnerabilidade, o que confere maior densidade ética e verdade histórica às narrativas. Essa abordagem permite entender a resistência não como um atributo excepcional de poucos, mas como uma prática possível de sobrevivência e dignidade em contextos de exceção democrática.

Adicionalmente, a articulação entre ficção, poesia e documentos históricos, como Brasil: Nunca Mais, revelou-se essencial para a compreensão do trauma social. A análise discursiva permitiu identificar como a linguagem foi utilizada tanto para ocultar quanto para revelar as violações de direitos humanos, demonstrando que a disputa pela

memória é, intrinsecamente, uma disputa pelo sentido das palavras e pela verdade histórica. A literatura, nesse sentido, funciona como um suplemento necessário aos arquivos institucionais, preenchendo lacunas afetivas e existenciais deixadas pelos relatórios oficiais.

Reconhecem-se, contudo, as limitações inerentes a este percurso investigativo. O corpus selecionado, embora representativo da produção consagrada durante os anos de chumbo, não esgota a vastidão da produção cultural do período, tendo deixado de lado vozes regionais, periféricas e de grupos marginalizados que também vivenciaram a repressão. Além disso, a análise focou predominantemente na produção contemporânea aos fatos, deixando em aberto a investigação sobre como a ditadura tem sido revisitada pela literatura brasileira contemporânea no século XXI.

Diante disso, sugerem-se caminhos para pesquisas futuras que possam expandir e aprofundar as questões aqui levantadas. Seria profícuo investigar a recepção dessas obras pelas novas gerações, analisando como a memória da ditadura é ressignificada no contexto político atual. Estudos que incorporem uma perspectiva interseccional, examinando as especificidades da repressão sobre mulheres, negros e populações indígenas na literatura, também se fazem necessários para democratizar o cânone literário sobre o período. Por fim, pesquisas que articulem a literatura com outras formas de expressão cultural, como o cinema e as artes visuais, poderiam oferecer um panorama ainda mais amplo das estratégias de memória e esquecimento no Brasil.

Em suma, a literatura e a poesia permanecem como ferramentas vitais não apenas para o registro histórico, mas para a educação política e ética das futuras gerações. Preservar, estudar e circular essas narrativas é uma condição fundamental para garantir que a memória da resistência continue ativa na defesa da democracia e dos direitos humanos. O estudo das representações da ditadura, portanto, não é um exercício de olhar para o passado, mas uma necessidade urgente de compreender as continuidades autoritárias que ainda assombram o presente, reafirmando o compromisso da academia com a verdade, a justiça e a não repetição das violações estatais.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008.

- ALMEIDA, José Maurício. (Org.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ARNS, Paulo Evaristo. (Org.). *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CANDIDO, Antonio. *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- CARUTH, Cathy. *Unclaimed experience: trauma, narrative, and history*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.
- CORREIA, Natália. *Sonetos Românticos*. Lisboa: Moraes Editores, 1970.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and social change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- FIGUEIREDO, Eurídice. *A literatura como arquivo da ditadura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *Palavra e imagem: memória e escrita*. São Paulo: Escuta, 2006. p. 55-70.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2006.
- NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-69)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 2010.
- SANTOS, Marcos Antônio. A ditadura civil-militar de 1964: os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 45-67, 2020.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.
- SILVA, Roberto Mendes. Memória e ditadura militar: Lembrando as violações de direitos humanos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 64, p. 85-103, 2018.

SKIDMORE, Thomas E. *The politics of military rule in Brazil, 1964-1985*. New York: Oxford University Press, 1988.

TELLES, Lygia Fagundes. *As Meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1973.

TODOROV, Tzvetan. *The fantastic: A structural approach to a literary genre*. Ithaca: Cornell University Press, 1981.

VEIGA, José J. *Sombras dos Reis Barbudos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

VERISSIMO, Erico. *Incidente em Antares*. São Paulo: Globo, 1971.